LUCAS FUCCI AMATO

**Imaginação constitucional:
direitos humanos, cultura e desenvolvimento
a partir de Luhmann e Unger**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Dr. Celso Fernandes Campilongo

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo-SP

2017

LUCAS FUCCI AMATO

**Imaginação constitucional:
direitos humanos, cultura e desenvolvimento
a partir de Luhmann e Unger**

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação do Professor Titular Dr. Celso Fernandes Campilongo.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo-SP

2017

Catálogo da Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

AMATO, Lucas Fucci. Imaginação constitucional: direitos humanos, cultura e desenvolvimento a partir de Luhmann e Unger / Lucas Fucci AMATO; orientador Celso Fernandes Campilongo -- São Paulo, 2017. 419 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito) Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Teoria da Constituição. 2. Direitos Fundamentais. 3. Sociologia da Constituição. 4. Niklas Luhmann. 5. Roberto Mangabeira Unger.

I. Campilongo, Celso Fernandes, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME: Lucas Fucci Amato

TÍTULO: Imaginação constitucional: direitos humanos, cultura e desenvolvimento a partir de Luhmann e Unger

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação do Professor Titular Dr. Celso Fernandes Campilongo.

Aprovada em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Celso Fernandes Campilongo

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Aos meus pais, Rita e João, que me deram sempre as melhores formas, cores, sons, risadas e ideias imagináveis; e às minhas avós, Emma e Nisa, que viveram e contaram as melhores histórias.

AGRADECIMENTOS

[...] assim que ele sair agora pela cancela, tudo isso se tornará uma lembrança e para ele perderá para sempre sua importância real, e dali a um ano ou dois todas essas imagens agradáveis vão ficar embaçadas em sua consciência, no mesmo nível das coisas imaginadas e das fantasias.¹

Mais do que por uma formalidade, agradeço aqui a cada um com quem aprendi e sem cuja intervenção na minha trajetória esta tese seria, em seu conteúdo e em sua forma, bem diferente. Reconheço a cada página a marca ora de um ora de outro desses mestres.

Ao meu orientador, professor Celso Campilongo, devo agradecer sobretudo pela acolhida generosa a este projeto de doutorado direto e pelos diversos meios que propiciou para que o trabalho amadurecesse, em clima de liberdade, dúvida e desafio.

Este trabalho nasceu de uma epifania que se seguiu a uma inspiração. A epifania deu-se ao assistir a uma entrevista de televisão do professor Roberto Mangabeira Unger, em 16 de julho de 2012. A partir de então, o contato com sua obra foi uma grande experiência de libertação intelectual. Frequentar seus quatro cursos em Harvard em 2016 foi testemunhar a vitalidade e a grandeza de um pensador extraordinário. Maior ainda foi o entusiasmo de poder com ele conversar sobre diferentes dúvidas e inquietações na escrita deste estudo.

Certamente a primeira inspiração deste projeto veio do professor Marcelo Neves, principal discípulo de Niklas Luhmann na reflexão sobre teoria constitucional. Desde a primeira semana do meu curso de graduação, em 2009, suas aulas cativaram-me; seu estímulo, consideração e exemplo desde então foram sempre valiosos e insubstituíveis.

¹ Tchekhov, 2014 [1887], p. 49.

Meu supervisor em Harvard, professor Samuel Moyn, combinou atenção inestimável com ideias muito provocantes. A ele agradeço pela viabilização daquela experiência de pesquisa.

O apoio pessoal e as muitas lições do professor Orlando Villas Bôas Filho também me marcaram como uma referência permanente e determinante para os rumos que aqui tomei. Registro gratidão a ele e ao professor Rafael Pucci, pelas preciosas observações que este trabalho recebeu na banca de qualificação de tese; e aos mestres com quem pude aprender durante o curso de doutorado na USP, seja por suas aulas, seja pela bibliografia indicada – especialmente Álvaro de Vita, Rainer Schmidt, Ronaldo Porto Macedo Junior, Diogo Coutinho, Carlos Portugal Gouvêa, Calixto Salomão Filho e Elza Boiteux. Ainda, em Harvard foram muito importantes o curso de teoria do direito e os esclarecimentos do professor Lewis Sargentich. Agradeço também, pelos incentivos, aos professores Carlos Sávio Teixeira e Willis Santiago Guerra Filho.

Seria imensa e com injustos esquecimentos a lista dos colegas com os quais troquei tantas ideias e muito aprendi no percurso de construção desta tese. Antes uma omissão geral e abstrata do que uma injustiça individual e concreta.

Não posso omitir, porém, o agradecimento especial que devo à Universidade de São Paulo (USP) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processos 2014/02114-6 e 2015/24200-4), que proveram uma infraestrutura privilegiada para esta pesquisa, quase ininterruptamente desde a iniciação científica, na graduação, até a conclusão do doutorado direto. Também à Harvard Law School e ao Harvard International Office agradeço pela oportunidade de aprender e pesquisar nas melhores condições imagináveis.

Um homem de 50 anos, relativamente pobre e com tempo de sobra, começa a ler livros sobre cavaleiros andantes. Animado pelas leituras, resolve sair de seus cômodos. Recusando a inevitabilidade da pequenez, quer ser grande. Vê no sacrifício e no enfrentamento o caminho que leva à grandeza. Os vizinhos o têm na conta de estranho ou louco. Consegue, porém, recrutar escudeiro, que não acredita em suas fantasias, mas se deixa seduzir por ele. Das lutas que trava, o homem ganha algumas, perde outras e empata em muitas. Trazido de volta para casa, adoece, delira, conclui que se iludira e morre.

Essa é a história de Quixote e Sancho, no curso da qual Quixote começa a sanchificar-se e Sancho a quixotizar-se. É uma história sobre o trabalho do amor e da imaginação diante da morte. Trata de como viver após haver reconhecido o descompasso entre as circunstâncias amesquinadoras em que todos vivemos e o desejo infinito do infinito. Carrega significado especial para sociedade e cultura como as nossas, que dificultam e desautorizam toda tentativa de virar as costas para o que se pode ver e tocar.

Ideologias e religiões, projetos de renovação política, estética e moral trazem, no mundo moderno, a mensagem dos cavaleiros andantes. Armam a confusão de interesses com fantasias e inspiram a luta contra as rotinas e as soluções de hoje. A imaginação atua duas vezes: abraçando tais mensagens e lutando contra elas, para decantá-las da ilusão. Quando a imaginação, movida por ilusões, começa sua guerra contra a ilusão, ninguém sabe se o desfecho será entendimento aprofundado do ideal ou se será nada, o niilismo.

A imaginação abre caminho para o amor. No início, nenhum de nós é ninguém. Mesmo quando nascidos em situação privilegiada ou bem-sucedidos nas empreitadas mundanas, recebemos da sociedade um roteiro de conduta que nos diz como fazer, pensar e sentir. Ao seguir o roteiro, morremos pouco a pouco. Para sermos gente, aumentando nossa capacidade de amar e ser amados, temos de jogar o roteiro fora.

A essência da sabedoria consiste em aprender a desproteger-nos. É o que nos ensina a imaginação. O erro fatal é apelar ao distanciamento irônico para nos resguardar contra a desilusão e o risco. Mumifica-nos.

Das muitas razões para democratizar a sociedade e assegurar direitos ao indivíduo, a mais importante é permitir a cada pessoa engrandecer-se, quebrando a múmia que a vai encobrendo e matando. As ilusões políticas que mais temos a temer são aquelas que tomam certas instituições como a forma definitiva da liberdade e param no meio a luta contra a mumificação.

Há um problema tanto na aventura moral quanto na transformação política: a incerteza sobre o caminho. Sempre há caminhos diferentes e nunca a escolha é clara e segura. Precisamos descobrir o que é mais e o que é menos ilusório. Para isso, não bastam livros sobre cavaleiros andantes. É preciso sair a campo, arriscando derrotas, desvios e desilusões. Da ação resultam esclarecimento e esperança. Da imitação da grandeza resulta grandeza.²

² Unger, 2001a [1998]: 100-1.

RESUMO

AMATO, Lucas Fucci. Imaginação constitucional: direitos humanos, cultura e desenvolvimento em Luhmann e Unger. 2017. 419 ff. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta tese de doutorado apresenta um exercício de análise jurídica que concebe os direitos fundamentais como instituições e explora suas configurações alternativas. Em oposição às reduções dos direitos subjetivos a faculdades da pessoa, normas jurídicas ou princípios morais, situa os direitos constitucionais como estruturas que vinculam os “ambientes internos” ou “esferas públicas” dos sistemas jurídico e político (personalidade jurídica e opinião pública). Pergunta como esses direitos funcionam em relação às incongruências da sociedade mundial funcionalmente diferenciada, expressas em semânticas morais que emergem como “autoconsciências” dessa sociedade: os discursos dos direitos humanos, da cultura, da democracia e do desenvolvimento. Constrói uma fundamentação teórica construtivista a partir sobretudo das obras jurídicas e sociológicas de Niklas Luhmann e de Roberto Mangabeira Unger. Descreve a morfologia dos sistemas jurídico, político e econômico, esquadrinhando as formas estruturais e semânticas da cooperação entre direito e política institucionalizada pela constituição. Revisa o constitucionalismo liberal em seus ideais e formas de organização, critica as alternativas esboçadas ao longo do século vinte e apresenta uma diretriz normativa redefinida como base para um novo modelo de direitos (“DIPA”). Sob uma ótica superliberal e à luz do experimentalismo democrático, discerne quatro tipos de direitos: direitos de desestabilização, direitos de imunidade, direitos de participação e direitos de autonomia. Explora, com as ferramentas do direito constitucional comparado e seguindo o construto teórico elaborado, essa modelagem emergente de direitos públicos – focando não apenas os direitos constitucionais em ordens jurídicas nacionais, mas também as implicações para direitos humanos no direito internacional e em outros tipos de ordem jurídica.

Palavras-chave: Teoria da Constituição. Direitos Fundamentais. Sociologia da Constituição. Niklas Luhmann. Roberto Mangabeira Unger.

ABSTRACT

AMATO, Lucas Fucci. Constitutional imagination: human rights, culture and development starting from Luhmann and Unger. 2017. 419 ff. Doctoral Dissertation – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

This doctoral dissertation presents an exercise of legal analysis that conceives constitutional rights as institutions and explores their alternative set-ups. Opposing the reduction of rights to faculties of a person, legal rules or moral principles, it places constitutional rights as structures that bond the “internal environments” or “public spheres” of the legal and political systems (legal personality and public opinion). It asks how these rights work in relation to the incongruities of the functionally differentiated world society, which are expressed in moral semantics that emerge as “self-consciousnesses” of this society: the discourses of human rights, of culture, of democracy and of development. It builds a constructivist theoretical foundation starting mainly from Niklas Luhmann’s and Roberto Mangabeira Unger’s legal and sociological works. It describes the morphology of the legal, political and economic systems, scanning the structural and semantic forms of the cooperation between law and politics institutionalized by the constitution. It revises the liberal constitutionalism in its ideals and forms of organization, criticizes the alternatives sketched during the twentieth century and presents a redefined normative guideline as a basis for a new model of rights (“DIPA”). From a super-liberal optics and under the light of democratic experimentalism, it envisages four types of rights: destabilization rights, immunity rights, participation rights and autonomy rights. It explores, with the tools of comparative constitutional law and following the designed theoretical construct, this emerging model of public rights – focusing not only on constitutional rights in national legal orders, but also on the implications to human rights in international law and in other types of legal order.

Keywords: Constitutional Theory. Constitutional Rights. Sociology of the Constitution. Niklas Luhmann. Roberto Mangabeira Unger.

RÉSUMÉ

AMATO, Lucas Fucci. L'imagination constitutionnelle: droits de l'homme, culture et développement chez Luhmann et Unger. 2017. 419 ff. Thèse de doctorat – Faculté de droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2017.

Cette thèse de doctorat présente un exercice d'analyse juridique lequel conçoit les droits fondamentaux en tant qu'institutions et puis il explore leurs configurations alternatives. En s'opposant à la réduction des droits aux facultés d'une personne, aux règles de droit ou aux principes moraux, on considère les droits constitutionnels comme des structures qui lient les «ambients internes» ou «sphères publiques» des systèmes juridiques et politiques (la personnalité juridique et l'opinion publique). La thèse demande comment ces droits sont mis en marche par rapport aux incongruités de la société mondiale fonctionnellement différenciée, exprimées dans les sémantiques moraux émergeant comme les «auto-consciences» de cette société: les discours des droits de l'homme, de la culture, de la démocratie et du développement. La recherche établit un fondement théorique constructiviste soutenu avant tout par les travaux juridiques et sociologiques de Niklas Luhmann et Roberto Mangabeira Unger. Elle décrit la morphologie des systèmes juridique, politique et économique, en analysant les formes structurelles et sémantiques de la coopération entre le droit et la politique laquelle est institutionnalisée par la constitution. L'étude révisé le constitutionnalisme libéral dans ses idéaux et formes d'organisation, il critique les alternatives esquissées au cours du XXe siècle et il présente une ligne directrice normative redéfinie comme base d'un nouveau modèle de droits («DIPA»). Sous un regard super-libéral et sous la lumière de l'expérimentalisme démocratique, il envisage quatre types de droits: les droits de destabilisation, les droits d'immunité, les droits de participation et les droits d'autonomie. Avec les outils du droit constitutionnel comparé et suivant la construction théorique conçue, le travail explore ce modèle émergeant de droits publics – en ayant par but pas seulement les droits constitutionnels dans les domaines des ordres juridiques nationaux, mais aussi leurs conséquences pour les droits de l'homme dans le droit international et dans d'autres modèles d'ordre juridique.

Mots clés: Théorie constitutionnelle. Droits fondamentaux. Sociologie de la Constitution. Niklas Luhmann. Roberto Mangabeira Unger.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
-----------------	----

CAPÍTULO 1. ILUMINISMO SOCIOLOGICO E IMAGINAÇÃO INSTITUCIONAL: FUNDAMENTAÇÃO DO CONSTRUTIVISMO JURÍDICO...17

1.1. Imaginação sociológica e imaginação constitucional.....	18
1.2. As “jurisprudências” dos direitos.....	54
1.3. Para além do giro kantiano.....	71
1.4. Coda.....	129

CAPÍTULO 2. A CONSTITUIÇÃO COMO INSTITUIÇÃO: ORGANIZAÇÕES, AMBIENTES INTERNOS E RE-ENTRADAS PROCEDIMENTAIS.....134

2.1. Direito, política e economia: uma morfologia.....	136
2.2. Constitucionalização como institucionalização.....	147
2.2.1. <i>Forma tríplice</i>	151
2.2.2. <i>Tríplice sentido</i>	155
2.2.3. <i>Tríplice ordem de prestações</i>	159
2.3. A constitucionalização dos centros organizados.....	161
2.3.1. <i>A interpretação dos direitos</i>	167
2.4. A constitucionalização dos ambientes internos.....	184
2.5. Re-entradas procedimentais: ação, crédito e voto.....	199

**CAPÍTULO 3. CONTINGÊNCIA E TRANSCENDÊNCIA: PARA UM
CONSTITUCIONALISMO SUPERLIBERAL.....213**

3.1. Liberalismo clássico.....	218
3.2. Socialdemocracia.....	225
3.2.1. <i>Liberalismo tardio.....</i>	<i>234</i>
3.2.2. <i>Republicanismo, comunismo, corporativismo e comunitarismo.....</i>	<i>244</i>
3.3. Experimentalismo democrático.....	253
3.3.1. <i>O modelo DIPA.....</i>	<i>275</i>
3.3.1.1. Direitos de desestabilização.....	278
3.3.1.2. Direitos de imunidade.....	286
3.3.1.3. Direitos de participação.....	296
3.3.1.4. Direitos de autonomia.....	306

**CAPÍTULO 4. A COEVOLUÇÃO DAS AUTOCONSCIÊNCIAS:
CONSTITUCIONALISMO NA SOCIEDADE MUNDIAL.....310**

4.1. O contexto pós Segunda Guerra Mundial.....	313
4.2. As autoconsciências e o direito: uma ilustração.....	330
4.3. Redescrevendo as autoconsciências.....	345
4.3.1. <i>Unidades.....</i>	<i>347</i>
4.3.1.1. Inclusão/ exclusão e simbiose.....	348
4.3.1.2. Mundo/ região e sincretismo.....	354
4.3.1.3. Moral/ ética e moralidade de valores.....	364
4.3.2. <i>Diferenças.....</i>	<i>369</i>
4.3.2.1. Vanguardas e retaguardas.....	369
4.3.2.2. Democracia e burocracia.....	375
4.3.2.3. Identidade e universalismo.....	378

CONCLUSÃO.....384

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....390

INTRODUÇÃO

A imaginação é mais importante que o conhecimento.

O conhecimento é limitado.

A imaginação circunda o mundo.³

Os direitos, imaginados como unidade da diferença entre estado e sociedade, emergem enquanto essa diferença simples vai obsolescendo, naufragando, diante da sociedade mundial funcionalmente diferenciada que vai se constituindo. Os direitos propõem liberdade para a política e a economia, a ciência e a religião. Tentam organizar a inclusão da pessoa em cada sistema e, como direitos humanos, no mundo. Ao mesmo tempo, heterogeneidades regionais e segmentações nacionais permanecem como diferenças que fazem a diferença; e aqui encontramos os direitos fundamentais nas constituições.

Nesse cenário, a constituição estrutura o centro organizado do direito e da política, mas também suas “esferas públicas” ou “ambientes internos”. Pela personalidade jurídica, as pessoas são observadas como sujeitos de deveres, direitos, poderes e responsabilidades. Tal é o ambiente interno do direito, assim como o mercado é o ambiente interno da economia e a opinião pública, da política.

Minha tese é que variedades de constitucionalismo visíveis ou imagináveis estruturam de modos diversos essas esferas (personalidade jurídica e opinião pública) e, em geral, as interfaces entre direito, política e outros sistemas sociais, com impactos sensíveis em termos de democracia, cultura, desenvolvimento e direitos humanos. Essas são semânticas morais – “autoconsciências” – que alarmam a sociedade sobre problemas estruturais concorrentes; tais ideias-guia podem vir a se encarnar em diferentes soluções de organização dos sistemas sociais, inclusive do direito, da política e de seu vínculo institucional: a constituição.

Pela constituição, o direito imagina a política e vice-versa, organizando os poderes políticos e o judiciário. Mas também pela constituição, o direito e a política imaginam a economia, a educação, a saúde, o esporte, a religião, a arte, a ciência. Essa é a função da constitucionalização de direitos. As constituições imaginam: a política, o direito e o ambiente externo da política e do direito. É preciso, então, (re)imaginar instituições que

³ Einstein, 1929, p. 117.

imaginam: as constituições e particularmente o ambiente interno que elas estruturam, os direitos fundamentais. Esse é meu tema.

O trabalho busca apresentar uma perspectiva internamente coerente e responsiva ao cenário atual do constitucionalismo. Enfrentar analiticamente as demandas de reconstrução institucional postas e repostas pelas incongruências do desenvolvimento, da cultura e da democracia. Conceber os direitos como instituições. Aqui os direitos não são enfocados como lugares comuns de um discurso moral agnóstico diante dos obstáculos empíricos e teóricos da mudança estrutural da sociedade e de seu direito. Tampouco são reduzidos a tipos de normas jurídicas formalizadas. São analisados sob uma perspectiva que se poderia chamar, por suas influências e ambições, de construtivismo jurídico.

O método geral da pesquisa é a exploração das tensões e complementaridades entre duas grandes empreitadas contemporâneas de pensamento social que buscaram atualizar, criticar e redefinir as perspectivas clássicas do século dezenove. Assim, a argumentação se desenvolve em diálogo com e a partir da obra de dois autores que elaboraram amplas teorias do direito e da sociedade, com reflexões específicas sobre constituição e direitos, assim como sobre cultura, desenvolvimento e democracia: o alemão Niklas Luhmann e o brasileiro Roberto Mangabeira Unger.

O longo e tortuoso capítulo 1 esboça as bases de um enfoque construtivista sobre o direito e os direitos. Aqui o mote central do iluminismo – a emancipação pela razão – é aplicado à discussão sobre um de seus símbolos (os direitos do homem) e se vê confrontado pelo ceticismo sociológico. Dessa confrontação emerge a crítica dos pressupostos e escopos da teoria do direito, assim como a redefinição de um regime de colaboração entre análise sociológica e análise jurídica – o método específico do qual o trabalho passa a se servir e pelo qual os direitos são construídos e observados como estruturas internas do sistema jurídico.

No capítulo 2, as formas semânticas e estruturais da política e do direito (em paralelo ilustrativo com a economia) são mapeadas por meio da construção de uma morfologia desses sistemas – cuja unidade vem a ser precisamente a constituição. Introduzo aqui a ideia da “personalidade jurídica” como ambiente interno ou esfera pública do direito. É o campo de reflexão do ambiente no sistema – todas as pretensões políticas, econômicas, religiosas, científicas, educacionais, sanitárias, artísticas, familiares ou ambientais são traduzidas em termos jurídicos como questões de direitos e deveres, responsabilidade e poder, marcadas com o símbolo da validade. A constituição é uma

instituição que vincula os centros organizados da política e do direito (organização e separação de poderes) e as esferas públicas desses sistemas (opinião pública e personalidade jurídica), produzindo procedimentos, organizações e conflitos pelos quais ela mesma – a constituição – se constrói.

O capítulo 3 firma as bases normativas para uma reconstrução do constitucionalismo. A ideia ungeriana de “superliberalismo” é a diretriz que se contrapõe às versões canônicas ou recentes de liberalismo político. O jogo recíproco entre refinar ideais à luz de suas encarnações institucionais estabelecidas e repensar essas instituições à luz de ideais redefinidos, explorando seus espectros de possibilidade, é aqui praticado em vista das instituições constitucionais consagradas e, especialmente, dos modelos de direitos. Resulta um esboço de quatro tipos de direitos, conforme suas funcionalidades: desestabilização, imunidade, participação e autonomia (modelo “DIPA”).

O capítulo 4 apresenta uma perspectiva sobre as assimetrias estruturais da sociedade atual, refletidas na forma de uma autoconsciência global dessa sociedade a respeito de sua fragmentação (a semântica da cultura) e de outros discursos de fundo moral que emergem no ambíguo processo histórico de autonomização dos sistemas sociais – ao mesmo tempo em que firma sua autorreferência, cada sistema funcional propõe-se a resolver todos os problemas do mundo; prega então desenvolvimento (economia), direitos humanos (direito), democracia (política). Como aquele modelo de direitos (“DIPA”) se aplica ao sistema jurídico mundial de ordens múltiplas (locais, nacionais, inter, supra e transnacionais) é a questão final enfrentada.

CONCLUSÃO

Nada em rigor tem começo e coisa alguma tem fim, já que tudo se passa em ponto numa bola; e o espaço é o avesso de um silêncio onde o mundo dá suas voltas.⁶⁸⁹

Este trabalho fundamentou e adotou um estilo de análise do direito como observação das estruturas e semânticas jurídicas que indaga sobre sua gênese, sua identidade, suas formas alternativas e possibilidades de reforma. Defendeu e aplicou uma teoria jurídica acoplada ao exercício típico da argumentação doutrinária de interpretar regras e justificar decisões, elevando sua abstração para descrever configurações institucionais e apresentar critérios normativos para o julgamento desses arranjos. Com isso, a observação do direito constrói-se à luz da preocupação sociológica em explicar a articulação de estruturas e semânticas sociais e da questão filosófico-prática sobre a adequação, os limites e as vantagens comparativas de modos alternativos de estruturação dos sistemas sociais. Os ideais e interesses institucionalizados nas constituições e nos direitos públicos foram discutidos em paralelo com variadas modelagens dessas estruturas jurídico-políticas.

Toda a pesquisa desenvolveu-se em uma dinâmica de crítica e construção. No primeiro capítulo, o alvo da crítica foram as principais teorias do direito dos últimos dois séculos e seus pressupostos sociológicos e filosóficos. A proposta construtiva foi uma prática de análise jurídica sociologicamente informada. Um método que: (1) toma como ponto de partida as variações presentes nos materiais do direito (que representa e institucionaliza formas de organização social); (2) trabalha no plano “agregado”, não do raciocínio conforme regras jurídicas, mas das famílias e variedades de instituições que essas regras conformam; (3) cruza duas fronteiras diante das quais a dogmática tradicional se retrai: a da pesquisa empírica e a do juízo normativo abstrato. Trata-se da aplicação do método da imaginação institucional (indicado por Unger) como “terapia” para a teoria do direito (como ciência social) depois da crítica sociológica do iluminismo (apontada por Luhmann) e da redefinição construtivista e pragmática da teoria social apresentada por esses autores. Finalmente, tentou-se delimitar o alcance e o sentido de um estudo dos

⁶⁸⁹ Guimarães Rosa, 2001 [1962], p. 155.

direitos como instituições. A incursão pela sociologia e pela teoria do direito explorou a morfogênese dessa ideia.

O segundo capítulo, que tratou de formatar um modelo da constituição como instituição de ligação entre direito e política, mapeou a morfologia desses sistemas; particularmente, explorou as formas semânticas e estruturais do lado do direito. Assim, como alternativa à visão da constituição como espécie de moralidade transversal ao direito e à política, reiterou tratar-se de um dispositivo bivalente, com uma oscilação entre direito e política – mais precisamente entre direitos e opinião pública, entre poderes políticos, administração pública e tribunais, entre partidos, grupos de pressão e advocacia pública e privada – que jamais se resolve. Abrir caminho para precisar os direitos como o ambiente interno do sistema jurídico e localizar aí o caráter dos direitos públicos em contraponto aos direitos privados foi o ponto de chegada do capítulo.

Já na avaliação da visão normativa à luz da qual os direitos públicos podem ser remodelados (capítulo 3), a crítica das vertentes dominantes clássicas e contemporâneas de fundamentação do constitucionalismo liberal foi acompanhada do esboço das diretrizes para uma reforma do constitucionalismo que atualize suas instituições à luz das fricções que o figurino clássico das constituições provoca ao ser aplicado e replicado à experiência social contemporânea. Ainda, o mapeamento e a crítica de modelos de direitos sob as diversas institucionalidades apresentadas pelas ideologias modernas sugeriu a proposição de traços que guiem um novo modelo de direitos públicos. O modelo esboçado, contudo, não é pura ideia da razão. Abstrai e generaliza linhas verificáveis em experiências constitucionais ao redor do mundo.

Observa-se então uma assimetria fundamental entre a esfera constitucional organizada e a esfera pública constitucional: direitos não guardam relação unívoca com poderes de estado e são responsáveis por garantir um excedente de possibilidades não atualizadas diante da implementação viabilizada pela organização estatal. Assim como direitos de participação realizam-se sobretudo por meio dos poderes políticos (em eleições, plebiscitos, comissões e audiências), vigiados por órgãos administrativos e judiciais, direitos de imunidade demandam a proteção judicial individualizada e o monitoramento dos serviços coordenados pela administração pública. Direitos de desestabilização e de autonomia são a face mais encoberta do constitucionalismo; demandam novas estruturas de governo, em um figurino de coordenação entre sistemas funcionais e sistemas

organizacionais que foge aos limites dos poderes de estado tradicionalmente imaginados como autossuficientes e dirigistas.

Os direitos de imunidade reproduzem a imagem tradicional do direito subjetivo moldado à luz paradigmática da propriedade: uma zona de discricionariedade com limites de obrigações e responsabilidades decorrentes da titularidade, tudo definido claramente desde o princípio pela legislação e pela administração, com grande redução da complexidade quando há conflitos que chegam ao judiciário – a certeza formal das regras e o mínimo de investigação fatural devem garantir a definição das pretensões em jogo, reafirmando expectativas contrariadas. Esse modelo de estruturação do ambiente interno do direito como zona de deveres e direitos exclusionários e bem delimitados não é porém único, como bem ilustram os direitos de desestabilização. Por mais que a legislação e regulamentos administrativos possam definir parâmetros para a avaliação de situações persistentes de violação das normas constitucionais conforme as organizações e procedimentos sob escrutínio, a judicialização do conflito abre aqui campo de discricionariedade muito maior do julgador e necessidade de avaliação empírica extensa. Daí a proposta de um novo poder de estado e/ ou de procedimentos muito mais abertos à cooperação entre julgador e violador e a um trabalho gerencial experimentalista. O ambiente interno do direito, nesse caso, trata de pretensões sobrepostas, titularidades fluidas (por vezes grupos indelimitáveis) daqueles submetidos às arbitrariedades e distorções de rotinas de trabalho ou mesmo ao “totalitarismo organizacional”.

Dessa variável conformação da esfera pública do direito resulta, como evidente, uma diferenciação das dinâmicas de preferência e sobreposição de competências entre poderes do estado – culminando no caso da estruturação de novos poderes. Mas também os vínculos entre as esferas públicas do direito e da política – entre direitos e opinião pública – são modelados diversamente. A rigidez da definição prévia (ao exercício) dos direitos de imunidade visa a bloquear demandas coletivas invasivas sobre a intangibilidade individual. A garantia da participação democrática, do voto, por si só, não implica proteção suficiente contra um estado que se volte opressivamente contra seus cidadãos. As liberdades públicas e as garantias individuais reforçam essa zona de autonomia privada, mas não são suficientes se não complementadas, em um mesmo “pacote”, com os mínimos sociais em termos de infraestruturas públicas e benefícios sociais (que imunizam os riscos de exclusão e vulnerabilidade por meio de esquemas universais de solidariedade econômica). Quanto mais garantido em sua imunidade pessoal, mais o cidadão poderá apoiar uma política

transformadora, sustentada por uma ampliação das ocasiões e do escopo da participação.

Os direitos de autonomia, por sua vez, associam-se ao reconhecimento, pela ordem estatal, de uma variedade de ordens jurídicas não homeomórficas, como as ordens privadas corporativas (de âmbito organizacional, setorial, transnacional) e as ordens jurídicas de povos autóctones. Aqui a esfera pública do direito reconhece a programação do sistema jurídico global por ordens múltiplas, em uma heterarquia de contatos e colisões. Os direitos de autonomia não de ser desenhados de forma minimalista no que se refere a restrições de “ordem pública” de cunho material, e devem abrir espaço para a garantia do devido processo na ordem autônoma reconhecida. Os direitos de participação, imunidade e desestabilização são já válvulas de escape das situações de subjugação que essas ordens parcialmente apartadas das ordens estatais (nacionais, internacionais ou supranacionais) poderiam de outra forma entrincheirar.

Na observação das autoconsciências (capítulo 4), empreitadas exemplares de reforma jurídica foram criticadas em seus pressupostos e tentou-se vislumbrar os limites das transformações dos discursos de democracia, constituição, direitos humanos, desenvolvimento e cultura no contexto recente da sociedade mundial. A contraparte foi a construção de uma visão sistêmica sobre o que há em comum entre essas semânticas e como elas alarmam sobre certos problemas estruturais que podem ser, em parte, atacados pelos direitos constitucionais e humanos enquanto instituições jurídico-políticas.

Assim se demonstra o cabimento do modelo de direitos constitucionais explorado (“DIPA”) aos direitos humanos deflagrados pelas ligações entre direito e política para além dos territórios nacionais – o constitucionalismo ou protoconstitucionalismo da sociedade mundial. Os problemas centrais que a alarmam demandam um alargamento do repertório de imunidades, autonomias, participações e desestabilizações. Ilustrativamente, tanto os setores avançados e globalmente integrados da economia quanto a defesa da cultura e a produção de novas diferenças culturais conduzem a formas de pluralismo jurídico. A proteção dos indivíduos contra a violência e a necessidade, o reconhecimento dos poderes de criação do direito das comunidades e organizações, a legitimação democrática desse direito e mecanismos de reparação de rotinas opressivas dessas mesmas arenas geram uma complexidade de pretensões sobrepostas que constroem a observação dessas ordens não estatais pelo direito nacional, internacional e supranacional, assim como a irritação do direito estatal pelas juridicidades autônomas.

Tal painel das configurações variadas dos direitos constitucionais e dos direitos humanos não é mais do que primeiro passo vacilante a ilustrar as dificuldades de uma abordagem dos direitos como instituições, diante da herança conceitual da teoria do direito e da sociologia, diante da complexidade descritiva das relações constitucionais entre política e direito e diante das justificações normativas concorrentes ao redor das variedades de constitucionalismo. Apenas exemplifica um potencial de análise das experiências constitucionais emergentes que rompe os limites de um modelo canônico definido de uma vez por todas, como por vezes se pretende resumir a semântica da constituição. O risco dessa análise, por sua vez, é perder-se em considerações avizinhas ao direito, mas que parecem fugir ao seu trabalho de rotina. É o custo de se fugir da mentalidade estreitamente forense e dos problemas da interpretação do direito posto para imaginar a transformação do direito pelos meios adequados. É a decorrência da morfologia do direito traçada para além de seus subsistemas judiciais. Ademais, uma observação da interface entre política e direito – mais especificamente, a constituição estatal – apenas poderia superar essa oscilação entre sistema político e sistema jurídico na própria reflexão se ela construísse seu objeto de modo distorcido e inverossímil.

É certo, porém, que muito fugiu de vista e deixou de ser observado. Escrever é um processo de autoesclarecimento, uma aprendizagem que leva o autor bem além de suas capacidades iniciais, realiza mais possibilidades que as planejadas e abre tantas outras não realizadas. Toda pesquisa evolui; por isso, fica aquém das intenções originais. De uma variedade de materiais (seja da obra dos autores-chave observados, seja dos escritos de teoria e dogmática do direito, da constituição e dos direitos), fez-se uma seleção contingente, embora não arbitrária; dessa seleção, as mensagens originais foram reinterpretadas, para ganhar sentido e dimensionar-se dentro do escopo deste estudo. Esses ciclos de variação, seleção e restabilização foram incessantes – e poderiam continuar. Provisoriamente, terminam da forma como seu produto foi aqui cristalizado. No fundo, além de crítica dos entendimentos prevalentes e construção de explicações alternativas, todo escrito científico é tão somente inventário e sistematização de uma série de ideias e exemplos que se julga serem relevantes, que esperam algum uso e novas interpretações.

Certas pessoas tentam organizar a confusão em que se encontram as ideias que colecionam;

[...] provavelmente fazem-no por algo a que poderíamos chamar angústia metafísica, talvez por não conseguirem suportar a ideia do caos como regedor único do universo, por isso, com as suas fracas forças e sem ajuda divina, vão tentando pôr alguma ordem no mundo, por um pouco de tempo ainda o conseguem, mas só enquanto puderem defender a sua coleção, porque quando chega o dia de ela se dispersar, e sempre chega esse dia, ou seja por morte ou seja por fadiga do colecionador, tudo volta ao princípio, tudo torna a confundir-se.⁶⁹⁰

⁶⁹⁰ Saramago, 1997, pp. 23-4.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

No corpo do texto, sempre que possível as citações vêm acompanhadas do ano de publicação original da primeira versão da obra (ou do trecho citado) entre colchetes. Aqui também indico a data da primeira edição, ou do período que a coletânea de textos cobre.

- ABRAMOVICH, Víctor. Courses of action in economic, social and cultural rights: instruments and allies. Tradução de Barney Whiteoak. *SUR – International Journal of Human Rights*, São Paulo, vol. 2, n. 2, pp. 180-216, 2005.
- ACKERMAN, Bruce. The new separation of powers. *Harvard Law Review*, Cambridge (MA), vol. 113, n. 3, pp. 633-725, 2000.
- _____.; ALSTOTT, Anne. *The stakeholder society*. New Haven: Yale University Press, 1999.
- _____. *The future of liberal revolution*. New Haven: Yale University Press, 1992.
- ALEXYY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008 [1986].
- AMATO, Lucas Fucci. Justiça social e instituições: a visão de Unger comparada ao liberalismo igualitário e à teoria crítica. *Revista Estudos Políticos [Universidade Federal Fluminense]*, Rio de Janeiro, vol. 7, 2017.
- _____. Os direitos de propriedade como instituição para o desenvolvimento democrático. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 30, pp. 322-338, 2016a.
- _____. Economia e política dos direitos culturais na ordem internacional. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, vol. 61, n. 1, pp. 165-192, 2016b.
- _____. As formas da sociologia do direito: uma redescrição luhmanniana do debate centenário entre Kelsen e Ehrlich. *Nomos, Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará*, Fortaleza, vol. 35, n. 2, pp. 227-254, 2015a.

- AMATO, Lucas Fucci. Direitos humanos e sistema econômico: estrutura e semântica de um fragmento constitucional global. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, Porto Alegre, vol. 2, n. 2, pp. 150-161, 2015b.
- _____. Cultura, modernidade e direito: dificuldades, possibilidades e diálogos a partir de Luhmann. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, vol. 110, pp. 675-732, 2015c.
- _____. *Constitucionalização corporativa: direitos humanos fundamentais, economia e empresa*. Curitiba: Juruá, 2014a.
- _____. Os direitos indígenas como direitos culturais fundamentais. *Revista Jurídica da Presidência*, Brasília, vol. 16, n. 108, pp. 193-220, 2014b.
- _____. Abuso de direitos fundamentais, pluralismo cultural e critérios de tratamento igual. *Observatório da Jurisdição Constitucional*, Brasília, ano 6, vol. 2, pp. 54-82, 2013.
- ANDERSON, Perry. Roberto Unger and the politics of empowerment. In: _____. *A zone of engagement*. London: Verso, 1992 [1989]. pp. 130-148.
- ANTONI, Carlo. *From history to sociology: the transition in German historical thinking*. Tradução de Hayden V. White. Detroit: Wayne State University Press, 1959 [1940].
- ARNDT, Heinz Wolfgang. *Economic development: the history of an idea*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- BACHA, Edmar Lisboa; UNGER, Roberto Mangabeira. *Participação, salário e voto: um projeto de democracia para o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- BACHELARD, Gaston *The formation of the scientific mind: a contribution to a psychoanalysis of objective knowledge*. Tradução de Mary McAllester Jones. Manchester: Clinamen, 2002 [1943].
- BACHUR, João Paulo. *Às portas do labirinto: para uma recepção crítica da teoria social de Niklas Luhmann*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010.
- BAECKER, Dirk. Gypsy reason: Niklas Luhmann's sociological enlightenment. *Cybernetics & Human Knowing*, Exeter, vol. 6, n. 3, pp. 5-19, 1999.
- BARALDI, Claudio. Forme del sapere e compressità sociale. In: _____.; CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena. *Semantica e comunicazione: l'evoluzione delle idee nella prospettiva sociologica di Niklas Luhmann*. Bologna: Cooperativa Libreria Universitaria Editrice, 1987. pp. 15-74.

- BARRY, Brian. John Rawls and the search for stability. *Ethics*, Chicago, vol. 105, n. 4, pp. 874-915, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. Introduction. In: _____. *Culture as praxis*. 2 ed. London: Sage, 1999. pp. vii-iii.
- BELLAMY, Richard. Public law as democracy: the case of constitutional rights. In: MAC AMHLAIGH, Cormac; MICHELON, Claudio; WALKER, Neil (Eds.). *After public law*. Oxford: Oxford University Press, 2013. pp. 130-150.
- _____. *Political constitutionalism: a republican defense of the constitutionality of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BERTALANFFY, Ludwig von. *General systems theory: foundations, development, applications*. New York: Braziller, 1968.
- _____. An outline of general system theory. *The British Journal for the Philosophy of Science*, London, vol. 1, n. 2, pp. 134-165, 1950.
- BILCHITZ, David. *Poverty and fundamental rights: the justification and enforcement of socio-economic rights*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- BOBBIO, Norberto. *Direito e poder*. Tradução de Nilson Moulin. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008 [1992].
- _____. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 [1992].
- _____. Democracy and dictatorship. In: _____. *Democracy and dictatorship: the nature and limits of state power*. Translated by Peter Kennealy. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989 [1978]. pp. 133-166.
- BOMHOFF, Jacco. *Balancing constitutional rights: the origins and meanings of postwar legal discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- CAMPBELL, Tom. *Rights: a critical introduction*. London: Routledge, 2006.
- _____. *The left and rights: a conceptual analysis of the idea of socialist rights*. London: Routledge, 2010 [1983].
- CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação do direito e movimentos sociais: hermenêutica do sistema jurídico e da sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012 [2011].
- _____. *Política, sistema jurídico e decisão judicial*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011 [2000].

- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Constituição dirigente e vinculação do legislador: contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas*. 2 ed. Coimbra: Coimbra, 2001 [1982].
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Access to justice: the newest wave in the worldwide movement to make rights effective. *Buffalo Law Review*, Buffalo, vol. 27, n. 2, pp. 181-292, 1978.
- CARASSALE, Santiago. *Política y derecho: Unger, Luhmann y Habermas*. Ciudad de México: Flacso; Coyoacán, 2005.
- CASTRO, Marcus Faro de. Análise jurídica da política econômica. *Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central*, Brasília, vol. 3, n. 1, pp. 17-70, 2009.
- _____. Violência, medo e confiança: do governo misto à separação de poderes. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, vol. 382, pp. 157-180, 2005.
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.
- CHRISTODOULIDIS, Emiliós A. *Law and reflexive politics*. Dordrecht: Kluwer, 1998.
- _____. The inertia of institutional imagination: a reply to Roberto Unger. *The Modern Law Review*, London, vol. 59, n. 3, pp. 377-397, 1996.
- COHEN, Felix S. Transcendental nonsense and the functional approach. *Columbia Law Review*, New York, vol. 35, n. 6, pp. 809-849, 1935.
- _____. The ethical basis of legal criticism. *Yale Law Journal*, New Haven, vol. 41, n. 2, pp. 201-220, 1931.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2010 [1999].
- CONSTANT, Benjamin. The liberty of the ancients compared with that of the moderns. In: _____. *Political writings*. Tradução e edição de Biancamaria Fontana. Cambridge: Cambridge University Press, 1988 [1819]. pp. 307-328.
- COOLEY, Thomas M. *A treatise on the constitutional limitations which rest upon the legislative power of the States of the American Union*. 7 ed. Boston: Little Brown, 1903 [1896].
- COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- COSTA-NETO, João. Rights as trumps and balancing: reconciling the irreconcilable? *Revista Direito GV*, São Paulo, vol. 11, n. 1, pp. 159-188, 2015.
- DAHL, Robert A. *Democracy and its critics*. New Haven: Yale University Press, 1989.

- DE GIORGI, Raffaele. *Scienza del diritto e legittimazione: critica dell'epistemologia giuridica tedesca da Kelsen a Luhmann*. 2 ed. Lecce: Pensa, 1998 [1979].
- DEWEY, John. Logical method and law. *The Cornell Law Quarterly*, Ithaca, vol. 10, n. 1, pp. 17-27, 1924.
- DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. *The internationalization of palace wars: lawyers, economists, and the contest to transform Latin American States*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- DORF, Michael C.; SABEL, Charles F. A constitution of democratic experimentalism. *Columbia Law Review*, New York, vol. 98, n. 2, pp. 267-473, 1998.
- DUNN, John. Unger's *Politics* and the appraisal of political possibility. In: LOVIN, Robin W.; PERRY, Michael J. (Eds.). *Critique and construction: a symposium on Roberto Unger's Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990 [1987]. pp. 71-89.
- DURKHEIM, Émile. *Professional ethics and civic morals*. Tradução de Cornelia Brookfield. 2 ed. London: Routledge, 1992 [1890-1900].
- DÜRRENMATT, Friedrich. *Justiça*. Tradução de Betty M. Kunz. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1985].
- DUVERGER, Maurice. A new political system model: semi-presidential government. *European Journal of Political Research*, Amsterdam, vol. 8, n. 2, pp. 165-187, 1980.
- DWORKIN, Ronald. *Justice for hedgehogs*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.
- _____. Hart's *Postscript* and the point of political philosophy. In: _____. *Justice in robes*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006 [2004]. pp. 140-186.
- _____. *Law's empire*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.
- _____. Rights as trumps. In: WALDRON, Jeremy (Ed.). *Theories of rights*. Oxford: Oxford University Press, 1984 [1981]. pp. 153-167.
- _____. Taking rights seriously. In: _____. *Taking rights seriously*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1977. pp. 184-205.
- _____. Hard cases. *Harvard Law Review*, Cambridge (MA), vol. 88, n. 6, pp. 1057-1109, 1975.
- _____. The model of rules. *University of Chicago Law Review*, Chicago, vol. 35, n. 1, pp. 14-46, 1967.

- EIDENMÜLLER, Horst. Rights, systems of rights, and Unger's system of rights: part 1. *Law and philosophy*, Dordrecht, vol. 10, n. 1, pp. 1-28, 1991a.
- _____. Unger's system of rights: part 2. *Law and philosophy*, Dordrecht, vol. 10, n. 2, pp. 119-159, 1991b.
- EISENSTADT, Shmuel N. Multiple modernities. In: _____. (Ed.). *Multiple modernities*. New Brunswick: Transaction, 2000. pp. 1-29.
- EINSTEIN, Albert. What life means to Einstein. An interview by George Sylvester Viereck. *The Saturday Evening Post*, Indianapolis, pp. 17, 110-117, 26 out. 1929.
- ELY, John Hart. *Democracy and distrust: a theory of judicial review*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.
- ESCOBAR, Jorge M. Autopoiesis and Darwinism. *Synthese*, New York, vol. 185, n. 1, pp. 53-72, 2012.
- ESKRIDGE JR., William N.; FRICKEY, Philip P. The making of *The legal process*. *Harvard Law Review*, Cambridge (MA), vol. 107, n. 8, pp. 2031-2055, 1994.
- FEBBRAJO, Alberto. *Funzionalismo strutturale e sociologia del diritto nell'opera di Niklas Luhmann*. Milano: Giuffrè, 1975.
- FEDOZZI, Luciano Joel; MARTINS, André Luis Borges. Trajetória do orçamento participativo de Porto Alegre: representação e elitização política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 95, pp. 181-223, 2015.
- FERRAZ, Octavio Luiz Motta. The right to health in the courts of Brazil: worsening health inequities? *Health and Human Rights*, Cambridge (MA), vol. 11, n. 2, pp. 33-45, 2009.
- FOESTER, Heinz von. *Observing systems*. 2 ed. Seaside: Intersystems, 1984 [1981].
- FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. Tradução de Joel Golb, James Ingram e Christiane Wilke. London: Verso, 2003.
- FREEMAN, Samuel. Property-owning democracy and the difference principle. *Analyse & Kritik*, Hamburg, vol. 35, n. 1, pp. 9-36, 2013.
- FRIEDMAN, Lawrence M. The law and society movement. *Stanford Law Review*, Stanford, vol. 38, n. 3, pp. 763-780, 1986.
- FRIEDMAN, Milton. The market can transform our schools. *The New York Times*, New York, p. A21, 2 jul. 2002.

- FRIESE, Heidrun; WAGNER, Peter. Not all that is solid melts into air: modernity and contingency. In: FEATHERSTONE, Mike; LASH, Scott (Eds.). *Spaces of culture: city, nation, world*. London: Sage, 1999. pp. 101-115.
- FULLER, Lon Luvois. *Anatomy of the law*. Middlesex: Penguin, 1971 [1968].
- _____. *The morality of law*. 2 ed. New Haven; London: Yale University Press, 1969 [1964].
- _____. Positivism and fidelity to law: a reply to Professor Hart. *Harvard Law Review*, Cambridge (MA), vol. 71, n. 4, pp. 630-672, 1958.
- GALSTON, William. *Liberal purposes: goods, virtues, and diversity in the liberal state*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- GARDNER, James A. *Legal imperialism: American lawyers and foreign aid in Latin America*. Madison: University of Wisconsin Press, 1980.
- GARTMAN, David. The rise of Western rationalism: Max Weber's developmental history, by Wolfgang Schluchter [book review]. *American Journal of Sociology*, Chicago, vol. 88, n. 6, pp. 1294-1296, 1983.
- GINSBURG, Tom. The global spread of constitutional review. In: WHITTINGTON, Keith E.; KELEMEN, R. Daniel; CALDEIRA, Gregory A. (Eds.). *The Oxford handbook of law and politics*. Oxford: Oxford University Press, 2008. pp. 81-98.
- GONÇALVES, Guilherme Leite. *Direito entre certeza e incerteza: horizontes críticos para a teoria dos sistemas*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- GORDON, Peter Eli. Realism, science, and the deworlding of the world. In: DREYFUS, Hubert L.; WRATHALL, Mark A. (Eds.). *A companion to phenomenology and existentialism*. Malden: Blackwell, 2006. pp. 425-444.
- GORDON, Robert W. Macaulay, Macneil, and the discovery of solidarity and power in contract law. *Wisconsin Law Review*, Madison, vol. 1985, n. 3, pp. 565-579, 1985.
- GOULD, Stephen Jay. *The structure of evolutionary theory*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.
- GOYARD-FABRE. *Kelsen e Kant: saggi sulla dottrina pura del diritto*. Tradução de Mauro Pennasilico. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1993.
- GRABER, Christoph Beat; TEUBNER, Gunther. Art and money: constitutional rights in the private sphere? *Oxford Journal of Legal Studies*, Oxford, vol. 18, n. 1, pp. 61-73, 1998.
- GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Teoria da ciência jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2001.

- GUIMARÃES ROSA, João. A estória do homem do pinguelo. In: _____. *Estas estórias*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001 [1962]. pp. 155-190.
- GÜNTHER, Gotthard. Life as poly-contextuality. In: FAHRENBACH, Helmut (Ed.). *Wirklichkeit und Reflexion: Walter Schulz zum 60. Geburtstag*. Pfullingen: Neske, 1973. pp. 187-210.
- GUTMANN, Amy. Communitarian critics of liberalism. *Philosophy & Public Affairs*, New York, vo. 14, n. 3, pp. 308-322, 1985.
- HABERMAS, Jürgen. Ronald Dworkin: a Maverick among legal scholars. In: _____. *Europe: the faltering project*. Translated by Ciaran Cronin. Cambridge: Polity, 2009 [2006]. pp. 37-46.
- _____. On the internal relation between the rule of law and democracy. Tradução de William Rehg. In: _____. *The inclusion of the other: studies in political theory*. Edited by Ciaran Cronin and Pablo De Greiff. Cambridge, MA: MIT Press, 1998 [1995]. pp. 253-64.
- _____. *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Tradução de William Rehg. Cambridge, MA: MIT Press, 1996 [1992].
- _____. *The philosophical discourse of modernity: twelve lectures*. Tradução de Frederick Lawrence. Cambridge: Polity, 1987a [1985].
- _____. *The theory of communicative action II: lifeworld and system: a critique of functionalist reason*. Boston: Beacon, 1987b [1981].
- _____. *The theory of communicative action I: reason and the rationalization of society*. Tradução de Thomas McCarthy. Boston: Beacon, 1984 [1981].
- HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *The Federalist papers*. Editado por Lawrence Goldman. Oxford: Oxford University Press, 2008 [1788].
- HART, Henry M., Jr.; SACKS, Albert M. *The legal process: basic problems in the making and application of law*. Editado por William N. Eskridge, Jr. e Philip P. Frickey. Westbury: Foundation, 1994 [1958].
- HART, Herbert L. A. *The concept of law*. 2 ed. Oxford: Clarendon, 1994a [1961].
- _____. Postscript. In: _____. *The concept of law*. 2 ed. Oxford: Clarendon, 1994b. pp. 238-276.
- _____. Lon L. Fuller: *The morality of law* [book review]. In: _____. *Essays in jurisprudence and philosophy*. Oxford: Clarendon Press, 1983a [1965]. pp. 343-364.

- HART, Herbert L. A. American jurisprudence through English eyes: the nightmare and the noble dream. In: _____. *Essays in jurisprudence and philosophy*. Oxford: Clarendon Press, 1983b [1977]. pp. 123-144.
- _____. Positivism and the separation of law and morals. *Harvard Law Review*, Cambridge, MA, vol. 71, n. 4, pp. 593-629, 1958.
- HAWTHORN, Geoffrey. Practical reason and social democracy: reflections on Unger's *Passion and Politics*. In: LOVIN, Robin W.; PERRY, Michael J. (Eds.). *Critique and construction: a symposium on Roberto Unger's Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. pp. 90-114.
- _____. *Enlightenment and despair: a history of social theory*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1987 [1976].
- HAYEK, Friedrich. *The constitution of liberty*. Edited by Ronald Hamowy. Chicago: University of Chicago Press, 2011 [1960].
- _____. *The road to serfdom*. Edited by Bruce Caldwell. Chicago: Chicago University Press, 2007 [1944].
- HERSHOVITZ, Scott. Wittgenstein on rules: the phantom menace. *Oxford Journal of Legal Studies*, Oxford, vol. 22, n. 4, pp. 619-640, 2002.
- HESSE, Mary B. *Models and analogies in science*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1966.
- HIRSCHL, Ran. *Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.
- HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass R. *The cost of rights: why liberty depends on taxes*. New York: W. W. Norton, 1999.
- _____. *The anatomy of antiliberalism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.
- _____. The professor of smashing: the preposterous political romanticism of Roberto Unger. *The New Republic*, New York, vol. 197, n. 16, pp. 30-38, 1987.
- HOLMES JR., Oliver Wendell. The path of the law. *Harvard Law Review*, Cambridge (MA), vol. 10, n. 8, pp. 457-478, 1897.
- _____. Natural law. In: _____. *Collected legal papers*. New York: Harcourt, Brace and Howe, 1920 [1918]. pp. 310-316.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialectic of Enlightenment: philosophical fragments*. Tradução de Edmund Jephcott. Stanford: Stanford University Press, 2002 [1944].

- HUTCHINSON, Allan C.; MONAHAN, Patrick J. The “rights” stuff: Roberto Unger and beyond. *Texas Law Review*, Austin, vol. 62, n. 8, pp. 1477-1539, 1984.
- JACOBSON, Arthur J.; SCHLINK, Bernhard. *Weimar: a jurisprudence of crisis*. Tradução de Belinda Cooper. Berkeley: University of California Press, 2000.
- JOAS, Hans. *Pragmatism and social theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- JUNQUEIRA, Eliane Botelho; RODRIGUES, José Augusto de Souza. Pasárgada revisitada. *Sociologia, problemas e práticas*, Lisboa, n. 12, pp. 9-17, 1992.
- KANT, Immanuel. An answer to the question: What is enlightenment? In: _____. *Practical philosophy*. Tradução de Mary J. Gregor. Cambridge: Cambridge University Press, 1996 [1784]. pp. 11-22.
- _____. The contest of faculties. In: _____. *Political writings*. Tradução de Barry Nisbet. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1991 [1798]. pp. 176-190.
- KALMAN, Laura. *Yale Law School and the sixties: revolt and reverberations*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2005.
- KELMAN, Mark. *A guide to Critical Legal Studies*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987.
- KELSEN, Hans. *O problema da justiça*. Tradução de João Baptista Machado. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1960].
- _____. *Pure theory of law*. Tradução de Max Knight. Berkeley: University of California Press, 1967 [1960].
- _____. *General theory of law and state*. Tradução de Anders Wedberg. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1949 [1945].
- KENNEDY, David. Law and development economics: toward a new alliance. In: _____.; STIGLITZ, Joseph E. (Eds.). *Law and economics with Chinese characteristics: institutions for promoting development in the twenty-first century*. Oxford: Oxford University Press, 2013. pp. 19-70.
- KENNEDY, Duncan. The structure of Blackstone’s *Commentaries*. *Buffalo Law Review*, Buffalo, vol. 28, n. 2, pp. 209-382, 1979.
- _____. Form and substance in private law adjudication. *Harvard Law Review*, Cambridge (MA), vol. 89, n. 8, pp. 1685-1778, 1976.
- KLATT, Matthias. Robert Alexy’s philosophy of law as system. In: _____. (Ed.). *Institutionalized reason: the jurisprudence of Robert Alexy*. Oxford: Oxford University Press, 2012. pp. 1-26.

- KOSELLECK, Reinhart. *Critique and crisis: Enlightenment and the pathogenesis of modern society*. Cambridge, MA: MIT Press, 1988 [1959].
- KOSKENNIEMI, Martti. *The politics of international law*. Oxford: Hart, 2011 [1990-2009].
- _____. *From apology to utopia: the structure of international legal argument*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006 [1989].
- _____. *The gentle civilizer of nations: the rise and fall of international law, 1870-1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- _____. The police in the temple: order, justice and the UN: a dialectical view. *European Journal of International Law*, vol. 6, n. 1, pp. 325-48, 1995.
- KYMLICKA, Will. Communitarianism, liberalism, and superliberalism. *Critical Review: A Journal of Politics and Society*, New York, vol. 8, n. 2, pp. 263-284, 1994.
- LACERDA, Gabriel; FALCÃO, Joaquim, RANGEL, Tânia (Orgs.). *Aventura e legado no ensino jurídico; Adventure and legacy in legal education*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2012.
- LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LASSALLE, Ferdinand. *On the essence of constitutions*. Tradução de Eide O'Callaghan. Berlin, 1862. Disponível em <https://www.marxists.org/history/etol/newspape/fi/vol03/no01/lassalle.htm>. Acesso em 01 jan. 2017.
- LESSIG, Lawrence. Plastics: Unger and Ackerman on transformation. *The Yale Law Journal*, New Haven, vol. 98, n. 6, pp. 1173-1192, 1989.
- LIEBMAN, James S.; SABEL, Charles F. A public laboratory Dewey barely imagined: the emerging model of school governance and legal reform. *New York University Review of Law & Social Change*, New York, vol. 28, n. 2, pp. 183-304, 2003.
- LOEWENSTEIN, Karl. *Political power and the governmental process*. 2 ed. Chicago: University of Chicago Press, 1965 [1957].
- LOSANO, Mario G. Introdução. In: Kelsen, Hans. *O problema da justiça*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. pp. VII-XXXIII.
- LUHMANN, Niklas. *A sociological theory of law*. Tradução de Elizabeth King-Utz e Martin Albrow. 2 ed. New York: Routledge, 2014 [1972].

- LUHMANN, Niklas. *Theory of society II*. Tradução de Rhodes Barrett. Stanford: Stanford University Press, 2013 [1997].
- _____. *Theory of society I*. Tradução de Rhodes Barrett. Stanford: Stanford University Press, 2012 [1997].
- _____. *Los derechos fundamentales como institución: aportación a la sociología política*. Tradução de Javier Torres Nafarrate. México: Universidad Iberoamericana, 2010a [1965].
- _____. *Introdução à teoria dos sistemas*. Aulas publicadas por Javier Torres Nafarrate. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010b [1996].
- _____. *La política como sistema*. Organização e tradução de Javier Torres Nafarrate. México: Universidad Iberoamericana, 2009a [1998].
- _____. *¿Cómo es posible el orden social?* Tradução de Pedro Morandé Court. México: Herder, 2009b [1980].
- _____. *La théorie de l'ordre et les droits naturels*. Tradução de Olivier Mannoni. *Trivium: Revue franco-allemande de sciences humaines et sociales*, Paris, vol. 3, 2009c [1984].
- _____. *De la fonction des «droits subjectifs»*. Tradução de Olivier Mannoni. *Trivium: Revue franco-allemande de sciences humaines et sociales*, Paris, vol. 3, 2009d [1970].
- _____. *Causalidad en el sur*. Tradução de Arturo Vallejos. *Estudios Sociológicos*, México, vol. 27, n. 79, pp. 3-29, 2009e [1995].
- _____. *Are there still indispensable norms in our society?* Tradução de Todd Cesaratto. *Soziale Systeme*, Stuttgart, vol. 14, n. 1, pp. 18-37, 2008 [1992].
- _____. *Metamorfosi dello stato*. In: CEVOLINI, Alberto (Ed.). *Potere e modernità: stato, diritto, costituzione*. Milano: FrancoAngeli, 2007 [1995]. pp. 11-40.
- _____. *Beyond barbarism*. Tradução de Hans-Georg Moeller. In: MOELLER, Hans-Georg. *Luhmann explained: from souls to systems*. Chicago: Open Court, 2006a [1999]. pp. 261-272.
- _____. *Cognition as construction*. Tradução de Hans-Georg Moeller. In: MOELLER, Hans-Georg. *Luhmann explained: from souls to systems*. Chicago: Open Court, 2006b [1988]. pp. 241-260.

- LUHMANN, Niklas. Autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo. In: _____. *Organización y decisión. Autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo*. Tradução de Darío Rodríguez Mansilla. Rubí: Anthropos, 2005a [1982]. pp. 99-135.
- _____. Sociologia como teoria dos sistemas sociais. Tradução de Artur Mourão. In: SANTOS, José Manuel (Org.). *O pensamento de Niklas Luhmann*. Corvilhã: Universidade da Beira Interior, 2005b [1967]. pp. 71-119.
- _____. Iluminismo sociológico. Tradução de Artur Mourão. In: SANTOS, José Manuel (Org.). *O pensamento de Niklas Luhmann*. Corvilhã: Universidade da Beira Interior, 2005c [1967]. pp. 19-70.
- _____. Organización y decisión. In: _____. *Organización y decisión. Autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo*. Tradução de Darío Rodríguez Mansilla. Barcelona: Anthropos, 2005d [1978]. pp. 01-98.
- _____. *Confianza*. Tradução de Amada Flores. Barcelona: Anthropos, 2005e [1968].
- _____. *Law as a social system*. Tradução de Klaus A. Ziegert. Oxford: Oxford University Press, 2004 [1993].
- _____. I see something you don't see. In: _____. *Theories of distinction: redescribing the descriptions of modernity*. Tradução de Joseph O'Neil e Elliott Schreiber. Stanford: Stanford University Press, 2002a [1990]. pp. 187-193.
- _____. The modern sciences and phenomenology. In: _____. *Theories of distinction: redescribing the descriptions of modernity*. Tradução de Joseph O'Neil e Elliott Schreiber. Stanford: Stanford University Press, 2002b [1995]. pp. 33-60.
- _____. La restitution du douzième chameau: du sens d'une analyse sociologique du droit. Tradução de Jean Clam. *Droit et société*, Paris, vol. 47, n. 1, pp. 15-73, 2001a [1985].
- _____. Diritti soggettivi: mutamenti della coscienza giuridica per la società moderna. *Sociologia e politiche sociali*, Milano, a. 4, n. 1, pp. 10-59, 2001b [1981].
- _____. *The reality of the mass media*. Tradução de Kathleen Cross. Stanford: Stanford University Press, 2000a [1996].
- _____. O paradoxo dos direitos humanos e três formas de seu desdobramento. Tradução de Ricardo Henrique Arruda de Paula e Paulo Antônio de Menezes Albuquerque. *Themis*, Fortaleza, vol. 3, n. 1, pp. 153-161, 2000b [1993].

- LUHMANN, Niklas. Inclusión y exclusión. In: _____. *Complejidad y modernidad: de la unidad a la diferencia*. Tradução de Josetxo Berian e José María García Blanco. Madrid: Trotta, 1998a [1994]. pp. 167-195.
- _____. *Observations on modernity*. Tradução de William Whobrey. Stanford: Stanford University Press, 1998b [1992].
- _____. La forma “persona”. In: _____. *Complejidad y modernidad: de la unidad a la diferencia*. Tradução de Josetxo Berian e José María García Blanco. Madrid: Trotta, 1998c [1995]. pp. 231-244.
- _____. Globalization or world society: how to conceive of modern society? *International Review of Sociology: Revue Internationale de Sociologie*, Roma, vol. 7, n. 1, pp. 67-79, 1997a.
- _____. The control of intransparency. Tradução de M. P. van der Marel e A. Zylstra. *Systems research and behavioral science*, New York, vol. 14, n. 6, pp. 359-371, 1997b.
- _____. La cultura como un concepto histórico. Tradução de Javier Torres Nafarrate. *Historia y Grafía*, Ciudad de Mexico, n. 8, pp. 11-33, 1997c [1995].
- _____. *Quod omnes tangit*: remarks on Jurgen Habermas’s legal theory. Tradução de Mike Robert Horenstein. *Cardozo Law Review*, New York, vol. 17, n. 4-5, pp. 883-899, 1996a.
- _____. La costituzione come acquisizione evolutiva. In: ZAGREBELSKY, Gustavo. PORTINARO, Pier Paolo. LUTHER, Jörg (Eds.). *Il futuro della costituzione*. Torino: Einaudi, 1996b [1990]. pp. 129-166.
- _____. *Social systems*. Tradução de John Bednarz, Jr. e Dirk Baecker. Stanford: Stanford University Press, 1995a [1984].
- _____. The paradox of observing systems. *Cultural Critique*, Saint Paul, vol. 31, pp. 37-55, 1995b.
- _____. Legal argumentation: an analysis of its form. Tradução de Iain Fraser. *The Modern Law Review*, London, vol. 58, n. 3, pp. 285-298, 1995c.
- _____. *Poder*. Tradução de Luz Mónica Talbot. Barcelona: Anthropos, 1995d [1975].
- _____. Individuo, individualidad, individualismo. Tradução de Christine Löffler e Francisco Javier Noya Miranda. *Zona Abierta*, Madrid, n. 70-71, pp. 53-157, 1995e [1989].

- LUHMANN, Niklas. Why does society describe itself as postmodern? *Cultural Critique*, Saint Paul, vol. 30, pp. 171-186, 1995f.
- _____. Politicians, honesty and the higher amorality of politics. Tradução de Josef Bleicher. *Theory, Culture & Society*, London, vol. 11, pp. 25-36, 1994a.
- _____. "What is the case?" and "what lies behind it?" The two sociologies and the theory of society. Tradução de Stephen Fuchs. *Sociological Theory*, Washington, vol. 12, n. 2, pp. 126-139, 1994b [1993].
- _____. An interview with Niklas Luhmann [by David Sciulli]. *Theory, Culture & Society*, London, vol. 11, pp. 37-68, 1994c.
- _____. A estabilidade instável [entrevista a Juremir Machado da Silva, Jornal Zero Hora]. In: SILVA, Juremir Machado da. *O pensamento do fim de século*. Porto Alegre: L&PM, 1993a [1990]. pp. 216-220.
- _____. *Risk: a sociological theory*. Berlin: Gruyter, 1993b [1991].
- _____. The code of the moral. Tradução de Jonathan Feldstein, Arthur J. Jacobson e Gabriel Motzkin. *Cardozo Law Review*, New York, vol. 14, pp. 995-1009, 1993c [1992].
- _____. Zur Einführung. In: NEVES, Marcelo. *Verfassung und Positivität des Rechts in der peripheren Moderne: Eine theoretische Betrachtung und eine Interpretation des Falls Brasilien*. Berlin: Duncker & Humblot, 1992. pp. 1-4.
- _____. Paradigm lost: on the ethical reflection of morality. Tradução de David Roberts. *Thesis Eleven*, Thousand Oaks, vol. 29, n. 1, pp. 82-94, 1991 [1988].
- _____. Meaning as sociology's basic concept. In: _____. *Essays on self-reference*. New York: Columbia University Press, 1990a [1971]. pp. 21-79.
- _____. *Political theory in the Welfare State*. Tradução de John Bednarz Jr. Berlin: de Gruyter, 1990b [1981].
- _____. La positività del diritto come presupposto di una società moderna. In: _____. *La differenziazione del diritto: contributi alla sociologia e alla teoria del diritto*. Tradução de Raffaele De Giorgi e Michele Silbernagl. Bologna: Il Mulino, 1990c [1970]. pp. 103-146.
- _____. The future of democracy. *Thesis Eleven*, Thousand Oaks, vol. 26, n. 1, pp. 46-53, 1990d [1986].

- LUHMANN, Niklas. Participation and legitimation: the ideas and the experiences. In: _____ . *Political theory in the Welfare State*. Tradução de John Bednarz Jr. Berlin: de Gruyter, 1990e [1987]. pp. 219-230.
- _____. *Ecological communication*. Tradução de John Bednarz, Jr. Chicago: University of Chicago Press, 1989 [1986].
- _____. *Die Wirtschaft der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988a.
- _____. The unity of the legal system. In: TEUBNER, Gunther (Ed.). *Autopoietic law: a new approach to law and society*. Berlin: de Gruyter, 1988b. pp. 12-35.
- _____. The third question: the creative use of paradoxes in law and legal history. *Journal of Law and Society*, Cardiff, vol. 15, n. 2, pp. 153-165, 1988c.
- _____. Tautology and paradox in the self-descriptions of modern society. Tradução de Stephan Fuchs. *Sociological Theory*, Thousand Oaks, vol. 6, n. 1, pp. 21-37, 1988d.
- _____. Familiarity, confidence and trust: problems and alternatives. In: GAMBETTA, Diego (Ed.). *Trust: making and breaking cooperative relations*. Oxford: Blackwell, 1988e. pp. 94-107.
- _____. The evolutionary differentiation between society and interaction. In: ALEXANDER, Jeffrey C.; GIESEN, Bernhard; MÜNCH, Richard; SMELSER, Neil J. (Eds.). *The micro-macro link*. Berkeley: University of California Press, 1987. pp. 112-131.
- _____. *Love as passion: the codification of intimacy*. Tradução de Jeremy Gaines e Doris L. Jones. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986 [1982].
- _____. *Struttura della società e semantica*. Tradução de Maria Sinatra. Bari: Laterza, 1983a [1980].
- _____. *Sistema jurídico y dogmática jurídica*. Tradução de Ignacio de Otto Pardo. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983b [1974].
- _____. *Legitimação pelo procedimento*. Tradução de Maria da Conceição Côrte-Real. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980 [1969].
- _____. The future cannot begin: temporal structures in modern society. *Social Research*, New York, vol. 43, n. 1, pp. 130-152, 1976.
- _____. Politische planung. *Jahrbuch für Sozialwissenschaft*, Stuttgart, vol. 17, n. 3, pp. 271-296, 1966.

- MACCORMICK, Neil. *H.L.A. Hart*. 2 ed. Stanford: Stanford University Press, 2008a [1981].
- _____. *Practical reason in law and morality*. Oxford: Oxford University Press, 2008b.
- MADÁCH, Imre. *A tragédia humana: a trajetória de Adão, Eva e Lúcifer através dos tempos*. Tradução e adaptação de Ildikó Sütö. São José dos Campos: Netebook, 2014 [1861].
- MARQUARD, Odo. Competence in compensating for incompetence? (On the competence and incompetence of philosophy). In: _____. *Farewell to matters of principle: philosophical studies*. New York: Oxford University Press, 1989a [1974]. pp. 22-37.
- _____. Indicted and unburdened man in eighteenth-century philosophy. In: _____. *Farewell to matters of principle: philosophical studies*. New York: Oxford University Press, 1989b [1978]. pp. 38-63.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. Citizenship and social class. In: _____. *Class, citizenship, and social development*. Westport: Greenwood, 1973 [1949]. pp. 65-122.
- MARX, Karl H. On the Jewish question. In: WALDRON, Jeremy (Ed.). *Nonsense upon stilts: Bentham, Burke and Marx on the rights of man*. London: Methuen, 1987 [1843]. pp. 137-150.
- MATURANA, Humberto R.; VARELLA, Francisco J. *The tree of knowledge: biological roots of human understanding*. Translated by Robert Paolucci. Boston: Shambhala, 1992 [1984].
- _____.; _____. *Autopoiesis and cognition: the realization of the living*. Dordrecht: Reidel, 1980 [1972].
- MERTON, Robert K. *Social theory and social structure*. 3 ed. New York: Free Press, 1968 [1949].
- _____. The unanticipated consequences of purposive social action. *American Sociological Review*, Washington, vol. 1, n. 1, pp. 894-904, 1936.
- MILLS, Charles Wright. *The sociological imagination*. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2000 [1959].
- MÖLLER, Kai. *The global model of constitutional rights*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

- MÖLLERS, Christoph. *The three branches: a comparative model of separation of powers*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- MOYN, Samuel. *Christian human rights*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015a.
- _____. Human rights and the age of inequality. In: LETTINGA, Doutje; VAN TROOST, Lars (Eds.). *Can human rights bring social justice? Twelve essays*. Amsterdam: Amnesty International Netherlands, 2015b. pp. 13-18.
- _____. *Human rights and the uses of history*. London: Verso, 2014a.
- _____. A powerless companion: human rights in the age of neoliberalism. *Law and Contemporary Problems*, Durham, vol. 77, n. 4, pp. 147-169, 2014b.
- _____. *The last utopia: human rights in history*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010.
- MÜNCH, Richard. *Sociological theory III: development since the 1960s*. Chicago: Nelson-Hall, 1994.
- NEUMANN, Franz. *Behemoth: the structure and practice of national socialism, 1933-1944*. Chicago: Ivan R. Dee, 2009 [1942].
- NEVES, Marcelo. *Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013 [2011].
- _____. *Transconstitucionalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- _____. *Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil: o Estado democrático de direito a partir e além de Luhmann e Habermas*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [2000].
- _____. *A constitucionalização simbólica*. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007 [1992].
- _____. Between under-integration and over-integration: not taking citizenship seriously. In: SOUZA, Jessé; SINDER, Valter (Eds.). *Imagining Brazil*. Lanham: Lexington, 2005. pp. 61-90.
- _____. From legal pluralism to social miscellany: the problem of the lack of identity of the legal sphere(s) in peripheral modernity and its implications for Latin America. *Beyond Law*, Bogota, n. 26, pp. 125-154, 2003 [1993].
- _____. Et si le douzième chameau venait à manquer? Du droit expropriateur au droit envahi. *Droit et société*, Paris, n. 47, pp. 101-121, 2001.

- OAKES, Guy. Max Weber on value rationality and value spheres: critical remarks. *Journal of Classical Sociology*, Thousand Oakes, vol. 3, n. 1, pp. 27-45, 2003.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*. 2 ed. Baltimore: John Hopkins University Press, 2003 [1986].
- OLIVEIRA, Luciano. Pluralismo jurídico y derecho alternativo en Brasil: notas para un balance. Tradução de Libardo Ariza. In: GARCÍA, Mauricio; RODRÍGUEZ, César A. (Eds.). *Derecho y sociedad en América Latina: un debate sobre los estudios jurídicos críticos*. Bogotá: ILSA, 2003. pp. 199-221.
- PARSONS, Talcott. *The social system*. 2 ed. Abingdon: Routledge, 1991 [1951].
- _____. Roberto Mangabeira Unger, Law in modern society [book review]. *Law & society review*, Hoboken, vol. 12, n. 1, pp. 145-149, 1977.
- _____. Commentary on Clark. *Sociological Inquiry*, Syracuse, vol. 42, n. 3-4, pp. 299-308, 1972.
- _____. *The system of modern societies*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1971.
- PAULSON, Stanley L. The neo-Kantian dimension of Kelsen's Pure Theory of Law. *Oxford Journal of Legal Studies*, Oxford, vol. 12, n. 3, pp. 311-332, 1992.
- PETTIT, Phillip. Liberalism and Republicanism: variation on a theme from Roberto Unger. *Bulletin of the Australian Society of Legal Philosophy*, Sydney, vol 11, n. 43, pp. 190-98, 1987.
- PIETERSE, Jan Nederveen. *Globalization and culture: global mélange*. 2 ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2009 [2003].
- _____. *Ethnicities and global multicultural: pants for an octopus*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2007.
- POGGE, Thomas W. On the side of distributive justice: reflections on Cohen and Murphy. *Philosophy & Public Affairs*, New York, vol. 29, n. 2, pp. 137-169, 2000.
- POLLOCK, Friedrich. State capitalism: its possibilities and limitations. In: ARATO, Andrew; GEBHARDT, Eike (Eds.). *The essential Frankfurt School reader*. New York: Continuum, 1990 [1941]. pp. 71-94.
- PORTUGAL GOUVÊA, Carlos. Social rights against the poor. *Vienna Journal on International Constitutional Law*, Vienna, vol. 7, n. 4, pp. 454-475, 2013.
- POSNER, Richard A. *The problems of jurisprudence*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

- POSTEMA, Gerald J. *Legal philosophy in the twentieth century: the common law world*. Dordrecht: Springer, 2011.
- POUND, Roscoe. The theory of judicial decision I. *Harvard Law Review*, Cambridge (MA), vol. 36, n. 6, pp. 641-662, 1923.
- PUCHTA, Georg Friedrich. *Corso delle istituzioni*. Tradução de A. Turchiarulo. Napoli: Insegna del Diogene, 1854a [1841]. vol. 1.
- _____. *Corso delle istituzioni*. 2 ed. Tradução de A. Turchiarulo. Napoli: Insegna del Diogene, 1854b [1847]. vol. 2.
- QUIGLEY, John. *Soviet legal innovation and the law of the western world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- RAMOS, Luiz Felipe Rosa. *Por trás dos casos difíceis: a dogmática jurídica e o paradoxo da decisão indecidível*. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RAWLS, John. *Political liberalism*. 2 ed. Chichester, NY: Columbia University Press, 2005 [1993].
- _____. *Justice as fairness: a restatement*. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 2001.
- _____. *A theory of justice*. 2 ed. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999a [1971].
- _____. *The law of peoples*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999b.
- RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 [1968].
- RIBEIRO, Pedro Henrique Gonçalves de Oliveira. Luhmann “fora do lugar”? Como a “condição periférica” da América Latina impulsionou deslocamentos na teoria dos sistemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 28, n. 83, pp. 105-123, 2013.
- _____. *Entre eclusas e espelhos: a esfera pública vista a partir de uma leitura crítica de Niklas Luhmann e de debates contemporâneos*. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RODRIGUEZ, Caio Farah. *Juízo e imaginação: da indeterminação jurídica à inovação institucional*. São Paulo: Malheiros, 2016.

- RODRÍGUEZ-GARAVITO, César; RODRÍGUEZ-FRANCO, Diana. *Radical deprivation on trial: the impact of socioeconomic rights in the global south*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- ROMANO, Santi. *L'ordinamento giuridico*. Pisa: Mariotti, 1917.
- RORTY, Richard. Unger, Castoriadis, and the romance of a national future. In: LOVIN, Robin W.; PERRY, Michael J. (Eds.). *Critique and construction: a symposium on Roberto Unger's Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990 [1987]. pp. 29-45.
- _____. *Contingency, irony, and solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- _____. The priority of democracy to philosophy. In: PETERSON, Merrill D.; VAUGHAN, Robert C. (Eds.). *The Virginia statute for religious freedom: its evolution and consequences in American history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. pp. 257-282.
- ROSENFELD, Michel. *The identity of the constitutional subject: selfhood, citizenship, culture, and community*. New York: Routledge, 2010.
- ROSS, Alf. Tû-Tû. *Harvard Law Review*, Cambridge (MA), vol. 70, n. 5, pp. 812-825, 1957 [1951].
- SABEL, Charles F. Dewey, democracy, and democratic experimentalism. *Contemporary Pragmatism*, Amsterdam, vol. 9, n. 2, pp. 35-55, 2012.
- _____.; SIMON, William H. Minimalism and experimentalism in the administrative state. *Georgetown Law Journal*, Washington, vol. 100, n. 1, pp. 53-93, 2011.
- _____.; REDDY, Sanjay. Learning to learn: undoing the Gordian knot of development today. *Columbia Law and Economics Working Paper No. 308*. New York: Center for Law and Economic Studies, 2006.
- _____.; SIMON, William H. Destabilization rights: how public law litigation succeeds. *Harvard Law Review*, Cambridge (MA), vol. 117, n. 4, pp. 1015-1101, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O direito dos oprimidos*. São Paulo: Cortez, 2014a [1973].
- _____. Capítulo 2-ao-espelho. In: _____. *O direito dos oprimidos*. São Paulo: Cortez, 2014b. pp. 91-366.
- _____. *Toward a new legal common sense: law, globalization, and emancipation*. 2 ed. East Kilbride: Butterworths, 2002 [1995].

- SANTOS, Boaventura de Sousa. Towards a multicultural conception of human rights. In: FEATHERSTONE, Mike; LASH, Scott (Eds.). *Spaces of culture: city, nation, world*. London: Sage, 1999. pp. 214-229.
- SALGADO, Plínio. *Direitos e deveres do homem*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950 [1948].
- SARAMAGO, José. *Memorial do convento*. 41 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011 [1982].
- _____. *Todos os nomes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SAVIGNY, Friedrich Carl von. *System of the modern Roman law*. Tradução de William Holloway. Madras: J. Higginbotham, 1867 [1840]. vol. 1.
- SCHAUER, Frederick. Formalism. *Yale Law Journal*, vol. 97, n. 4, pp. 509-548, 1988.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. *The rise of western rationalism: Max Weber's developmental history*. Tradução de Guenther Roth. Berkeley: University of California Press, 1981 [1979].
- SCHMITT, Carl. *Constitutional theory*. Tradução de Jeffrey Seitzer. Durham: Duke University Press, 2008 [1928].
- SCIULLI, David. *Corporate power in civil society: an application of societal constitutionalism*. New York: New York University Press, 2001.
- _____. *Theory of societal constitutionalism: foundations of a non-Marxist critical theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SHIVAKUMAR, Dhananjai. The pure theory as ideal type: defending Kelsen on the basis of Weberian methodology. *Yale Law Journal*, New Haven, vol. 105, n. 5, pp. 1383-1414, 1996.
- SHUE, Henry. *Basic rights: subsistence, affluence and U.S. foreign policy*. 2 ed. Princeton: Princeton University Press, 1996 [1980].
- SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2007 [1967].
- SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2010 [2005].
- SIMMEL, Georg. How is society possible? *American Journal of Sociology*, Chicago, vol. 16, n. 3, pp. 372-391, 1910.
- SIMON, Herbert A. *The new science of management decision*. 3 ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1977 [1960].

- SIMON, Herbert A. Recent advances in organization theory. In: BAILEY, Stephen K *et alli*. *Research frontiers in politics and government*. Washington: Brookings Institution, 1955. pp. 23-44.
- SIMON, William H. Critical theory and institutional design: David Trubek's path to new governance. In: BÚRCA, Gráinne de; KILPATRICK, Claire; SCOTT, Joanne (Eds.). *Critical legal perspectives on global governance: liber amicorum David M. Trubek*. Oxford: Hart, 2014. pp. 15-24.
- SOUZA, Raphael Ramos Monteiro de; VIEIRA, José Ribas. *Recall*, democracia direta e estabilidade institucional. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, vol. 51, n. 202, pp. 43-57, 2014.
- SPENCER-BROWN, George. *Laws of form*. New York: Julian, 1972 [1969].
- SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Edição bilíngue latim-português. Tradução de Tomaz Tadeu. 3 ed. São Paulo: Autêntica, 2010 [1677].
- STEINER, Henry J. *Interview to Projeto História Oral do CEPED*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Escola de Direito do Rio de Janeiro, 2010 [2009].
- _____; TRUBEK, David M. Brazil: all power to the generals. *Foreign Affairs*, New York, vol. 49, n. 3, pp. 464-479, 1971.
- _____. Legal education and socio-economic change: Brazilian perspectives. *The American Journal of Comparative Law*, Ann Arbor, vol. 18, n. 1, pp. 39-90, 1971.
- STONE SWEET, Alec. *Governing with judges: constitutional politics in Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- SUNSTEIN, Cass. Routine and revolution. In: LOVIN, Robin W.; PERRY, Michael J. (Eds.). *Critique and construction: a symposium on Roberto Unger's Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990 [1987]. pp. 46-70.
- SUPIOT, Alain. *Homo juridicus: essai sur la fiction anthropologique du droit*. Paris: Seuil, 2005.
- TAMANAHA, Brian Z. The primacy of society and the failures of Law and Development. *Cornell International Law Journal*, Ithaca, vol. 44, n. 2, pp. 209-247, 2011.
- _____. *Realistic socio-legal theory: pragmatism and a social theory of law*. Oxford: Clarendon, 1997.
- TAYLOR, Charles. The politics of recognition. In: GUTMANN, Amy (Ed.). *Multiculturalism: examining the politics of recognition*. Princeton: Princeton University Press, 1994 [1992]. pp. 25-73.

- TCHEKOV, Anton. Vérotchka. In: _____. *A dama do cachorrinho e outras histórias*. Tradução de Maria Aparecida Botelho Pereira Soares. Porto Alegre: L&PM, 2014 [1887]. pp. 47-62.
- TEIXEIRA, Carlos Sávio Gomes. Modos de explicar o Brasil: o estruturalismo sociológico de Florestan Fernandes e o construtivismo institucional de Mangabeira Unger. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 28, pp. 55-79, 2015.
- TEUBNER, Gunther. *Constitutional fragments: societal constitutionalism and globalization*. Tradução de Gareth Norbury. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- _____.; FISCHER-LESCANO, Andreas. Cannibalizing epistemes: will modern law protect traditional cultural expressions? In: GRABER, Christoph; BURRI-NENOVA, Mira (Eds.). *Intellectual property and traditional cultural expressions in a digital environment*. Cheltenham: Edward Elgar, 2008. pp. 17-45.
- _____. Global Bukowina: legal pluralism in the world society. In: _____. (Ed.). *Global law without a state*. Dartmouth: Aldershot, 1997. pp. 3-28.
- _____. Autopoiesis and steering: how politics exploits the normative surplus of capital. In: INT' VELD, Roeland Jaap; SCHAAP, Linze; TERMEER, Catrien J. A. M.; VAN TWIST, Mark J. W. (Eds.). *Steering: autopoiesis and configuration theory*. Dordrecht: Kluwer, 1991. pp. 127-41.
- _____. *How the law thinks: towards a constructivist epistemology of law*. *Law & Society Review*, Salt Lake City, vol. 23, n. 5, pp. 727-757, 1989.
- _____. Juridification: concepts, aspects, limits, solutions. In: _____. (Ed.). *Juridification of social spheres: a comparative analysis in the areas of labor, corporate, antitrust and social welfare law*. Berlin: de Gruyter, 1987. pp. 3-48.
- THORNHILL, Chris. *A sociology of constitutions: constitutions and state legitimacy in historical-sociological perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- TRUBEK, David M. Law and Development 50 years on. *University of Wisconsin Legal Studies Research Paper*, Madison, n. 1212, pp. 1-12, 2012.
- _____. O Novo Direito e Desenvolvimento: entrevista com David Trubek [coordenação: José Rodrigo Rodriguez]. *Revista Direito GV*, São Paulo, vol. 3, n. 2, pp. 305-330, 2007.

- TRUBEK, David M. The “rule of law” in development assistance: past, present, and future. In: _____.; SANTOS, Alvaro (Eds.). *The new law and economic development: a critical appraisal*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006 [2003]. pp. 74-94.
- _____. SANTOS, Alvaro. Introduction: the third moment in law and development theory and the emergence of a new critical practice. In: _____.; _____. (Eds.). *The new law and economic development: a critical appraisal*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. pp. 1-18.
- _____. Back to the future: the short, happy life of the Law and Society movement. *Florida State University Law Review*, Tallahassee, vol. 18, n. 1, pp. 1-55, 1990.
- _____. Radical theory and programmatic thought. *American Journal of Sociology*, Chicago, vol. 95, n. 2, pp. 447-452, 1989.
- _____.; GALANTER, Marc. Scholars in self-estrangement: some reflections on the crisis in law and development studies in the United States. *Wisconsin Law Review*, Madison, vol. 0, n. 4, pp. 1062-1102, 1974.
- _____. Max Weber on law and the rise of capitalism. *Wisconsin Law Review*, Madison, vol. 0, n. 3, pp. 720-753, 1972a.
- _____. Toward a social theory of law: an essay on the study of law and development. *Yale Law Journal*, New Haven, vol. 82, n. 1, pp. 1-50, 1972b.
- TUSHNET, Mark V. *Weak courts, strong rights: judicial review and social welfare entitlements in comparative constitutional law*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- _____. “Sir, yes, sir!”: the courts, congress and structural injunctions. *Constitutional Commentary*, Minneapolis, vol. 20, n. 1, pp. 189-203, 2003.
- _____. *Taking the constitution away from the courts*. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *A mystery demystified: the connection between mathematics and physics*. Mimeo. 2016. Disponível em: <http://robertounger.com/english/pdfs/MATHEMATICS_AND_PHYSICS1.pdf>. Acesso em 1 mar. 2016.
- _____. Part I. In: _____.; SMOLIN, Lee. *The singular universe and the reality of time: a proposal in natural philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015a. pp. 1-348.

- UNGER, Roberto Mangabeira. Part II: The Critical Legal Studies Movement. In: _____. *The Critical Legal Studies Movement: another time, a greater task*. London: Verso, 2015b [1982]. pp. 77-210.
- _____. Part I: Another time, a greater task. In: _____. *The Critical Legal Studies Movement: another time, a greater task*. London: Verso, 2015c. pp. 1-75.
- _____. Conclusion: The task of the social innovation movement. In: NICHOLLS, Alex; SIMON, Julie; GABRIEL, Madeleine (Eds.). *New frontiers in social innovation research*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015d [2013]. pp. 233-251.
- _____. *The religion of the future*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.
- _____. *The universal history of legal thought*. Mimeo, 2013. Disponível em: <<http://robertounger.com/english/pdfs/UHLT.pdf>>. Acesso em 3 jul. 2015.
- _____. A ambição da política [entrevista a André Singer, Folha de São Paulo]. In: TEIXEIRA, Carlos Sávio G. (Org.). *Encontros: Roberto Mangabeira Unger*. Rio de Janeiro: Azougue, 2012 [2001]. pp. 108-117.
- _____. A constituição do experimentalismo democrático. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, vol. 257, pp. 57-72, 2011 [2008].
- _____. *The left alternative*. London: Verso, 2009 [2005].
- _____. *O direito dos povos indígenas de construir direitos*. Mimeo. 2008a.
- _____. The transformative imagination and the world trading system. In: BARRY, Christian; REDDY, Sanjay G. *International trade & labor standards: a proposal for linkage*. New York: Columbia University Press, 2008b. pp. 135-140.
- _____. *The self awakened: pragmatism unbound*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007a.
- _____. *Free trade reimagined: the world division of labor and the method of economics*. Princeton: Princeton University Press, 2007b.
- _____. *European constitutionalism: proposals for an agenda of debate*. Mimeo, 2002. Disponível em: <<http://www.law.harvard.edu/faculty/unger/english/docs/europe1.pdf>>. Acesso em 3 jul. 2015.
- _____. *A segunda via: presente e futuro do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001a [1979-2001].

- UNGER, Roberto Mangabeira. *False necessity: anti-necessitarian social theory in the service of radical democracy*. From Politics, a work in constructive social theory. 2 ed. London: Verso, 2001b [1987].
- _____. Introduction to the new edition. In: _____. *False necessity: anti-necessitarian social theory in the service of radical democracy*. From Politics, a work in constructive social theory. 2 ed. London: Verso, 2001c. pp. xvii-cxxix.
- _____. Appendix to the new edition: Five theses on the relation of religion to politics, illustrated by allusions to Brazilian experience. In: _____. *False necessity: anti-necessitarian social theory in the service of radical democracy*. From Politics, a work in constructive social theory. 2 ed. London: Verso, 2001d [1998]. pp. 597-603.
- _____. *Democracy realized: the progressive alternative*. London: Verso, 1998.
- _____.; WEST, Cornel. *The future of American progressivism: an initiative for political and economic reform*. Boston: Beacon, 1998.
- _____. *What should legal analysis become?* London: Verso, 1996.
- _____. The better futures of architecture. In: ANYONE Conference. *Anyone*. New York: Rizzoli, 1991. pp. 28-36.
- _____. *A alternativa transformadora: como democratizar o Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990 [1977-1990].
- _____. *Social theory: its situation and its task*. A critical introduction to Politics, a work in constructive social theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1987a.
- _____. *Plasticity into power: comparative-historical studies on the institutional conditions of economic and military success*. Variations on the themes of Politics, a work in constructive social theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1987b.
- _____. Bibliographical note. In: _____. *The Critical Legal Studies Movement*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986. pp. 121-122.
- _____. *Knowledge & Politics*. New York: Free Press, 1984a [1975].
- _____. *Passion: an essay on personality*. New York: Free Press, 1984b.
- _____. A program for late twentieth-century psychiatry. In: *Passion: an essay on personality*. New York: Free Press, 1984c [1980].
- _____. Postscript. In: _____. *Knowledge & Politics*. 2 ed. New York: Free Press, 1984d [1983]. pp. 337-341.

- UNGER, Roberto Mangabeira. The Critical Legal Studies Movement. *Harvard Law Review*, Cambridge (MA), vol. 96, n. 3, pp. 561-675, 1983 [1982].
- _____. *Social theory*: lectures delivered in Harvard College. Cambridge, MA: Harvard University, 1976a.
- _____. *Law in modern society*: toward a criticism of social theory. New York: Free Press, 1976b.
- _____. *Os Estados Unidos no bicentenário*. Mimeo, 1976c (disponível no CPDOC-FGV, Arquivo Aliomar Baleeiro).
- _____. Isonomy and justice. *ARSP: Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie / Archives for Philosophy of Law and Social Philosophy*, Stuttgart, vol. 56, n. 2, pp. 181-187, 1970.
- _____. O estruturalismo e o futuro das ciências culturais. *Tempo brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 15-16, pp. 97-102, 1968.
- VERMEULE, Adrian. *The constitution of risk*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- _____. *The system of the constitution*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- _____. *Mechanisms of democracy*: institutional design writ small. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. *Teoria dos sistemas e o direito brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- _____. Da ilusão à fórmula de contingência: a justiça em Hans Kelsen e Niklas Luhmann. In: PISSARA, Maria Constança Peres; FABBRINI, Ricardo Nascimento (Coords.). *Direito e filosofia: a noção de justiça na história da filosofia*. São Paulo: Atlas, 2007. pp. 129-150.
- VISNIEC, Matéi. *Cuidado com as velhinhas carentes e solitárias*: teatro da ternura e da loucura cotidianas. Tradução de Luiza Jatobá. São Paulo: É Realizações, 2013 [2004].
- VITA, Álvaro de. *O liberalismo igualitário*: sociedade democrática e justiça internacional. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008 [2006].
- _____. *A justiça igualitária e seus críticos*. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007 [1998].
- WALDRON, Jeremy. The core of the case against judicial review. *The Yale Law Journal*, New Haven, vol. 115, n. 6, pp. 1346-1406, 2006.

- WALDRON, Jeremy. *Law and disagreement*. Oxford: Clarendon, 1999.
- _____. Dirty little secret. *Columbia Law Review*, New York, vol. 98, n. 2, pp. 510-530, 1998.
- WALZER, Michael. The communitarian critique of liberalism. *Political Theory*, Beverly Hills, vol. 18, n. 1, pp. 6-23, 1990.
- WANG, Daniel W. Liang; FERRAZ, Octavio Luiz Motta. Reaching out to the needy? Access to justice and public attorneys' role in right to health litigation in the city of São Paulo. *SUR – International Journal of Human Rights*, São Paulo, vol. 10, n. 18, pp. 159-179, 2013.
- WARD, Ian. *Kantianism, postmodernism and critical legal thought*. Dordrecht: Springer, 1997.
- WEAVER, Russell L. The rise and decline of structural remedies. *The San Diego Law Review*, San Diego, vol. 41, n. 4, pp. 1617-1632, 2004.
- WEBER, Max. *The Protestant ethic and the spirit of Capitalism*. Tradução de Talcott Parsons. London: Routledge, 2005 [1905].
- _____. Bourgeois democracy in Russia. In: _____. *The Russian Revolutions*. Edição e tradução de Gordon C. Wells e Peter Baehr. Ithaca: Cornell University Press, 1995 [1906]. pp. 41-147.
- _____. *Economy and society: an outline of interpretive sociology*. Editado por Guenther Roth e Claus Wittich. Berkeley: University of California Press, 1978 [1922].
- _____. Science and politics. In: _____. *From Max Weber: Essays in sociology*. Tradução e edição de Hans H. Gerth e C. Wright Mills. New York: Oxford University Press, 1946 [1918]. pp. 75-156.
- WEINRIB, Ernest J. *The idea of private law*. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2002 [1995].
- _____. Legal formalism: on the immanent rationality of law. *Yale Law Journal*, New Haven, vol. 97, n. 6, pp. 949-1016, 1988.
- _____. Law as a Kantian idea of reason. *Columbia Law Review*, New York, vol. 87, n. 3, pp. 472-508, 1987.
- _____. Enduring Passion. *Yale Law Journal*, New Haven, vol. 94, n. 7, pp. 1825-1841, 1985.
- WEST, Cornel. Between Dewey and Gramsci: Unger's emancipatory experimentalism. In: LOVIN, Robin W.; PERRY, Michael J. (Eds.). *Critique and construction: a*

- symposium on Roberto Unger's *Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990 [1987]. pp. 256-266.
- WEST, Cornel. *The American evasion of philosophy: a genealogy of pragmatism*. Madison: University of Wisconsin Press, 1989.
- _____. CLS and liberal critic. *The Yale Law Journal*, New Haven, vol. 87, n. 5, pp. 757-771, 1988.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999 [1953].
- YACK, Bernard. Toward a free marketplace of social institutions: Roberto Unger's "super-liberal" theory of emancipation. *Harvard Law Review*, Cambridge (MA), vol. 101, n. 8, pp. 1961-1977, 1988.
- YOUNG, Katharine G. *Constituting economic and social rights*. Oxford: Oxford University Press, 2012.